



<sup>4</sup> Cf ARCHANJO, José Luís, *Introd. à obra de Teilhard de Chardin "O Fenômeno Humano"*, p. 4

<sup>5</sup> GUITTON, J. et alii, op. cit. p. 4

<sup>6</sup> MARCHIORI, Tarcísio, *Caminhos da Filosofia*, Ed. do Autor, 1998, p. 50

<sup>7</sup> GUITTON, J., *Deus e a Ciência*, p. 9

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, p. 10

<sup>9</sup> Id., *ibid.*, p. 31

<sup>10</sup> Id., *ibid.*

<sup>11</sup> *Criação e Evolução*, p. 197-198

<sup>12</sup> *Meu Universo e a energia humana*, Loyola, São Paulo, 1980, in *Criação e Evolução*, p. 29

<sup>13</sup> *Evolution und Bibel*, Freiburg, 1966, p. 84, cit. in BOFF, Leonardo, *O destino do Homem e do Mundo*, Vozes, 3ª edição, p. 18

<sup>14</sup> GUITTON, Jean, op.cit., p. 152

<sup>15</sup> MARTINAZZO, Eusébio, *Teilhard de Chardin – Ensaio de leitura crítica*, Vozes, 1968, p. 46

<sup>16</sup> GUITTON, Jean, op. cit., p. 150

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, p. 151

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, p. 152

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 144

**Endereço do Autor:**

Rua Doutor Armínio Tavares, 31 - Apto. 501  
880015-250 Florianópolis SC

**LIVRO DA SABEDORIA**

**Aos Governantes, sobre a Justiça**

Ney Brasil Pereira

Comentário Bíblico, Vozes/Sinodal, 1999

*Lauro Junkes*

Crítico Literário, doutor em Teoria da Literatura e professor titular da UFSC.



**O** que é a Bíblia? Para milhões de pessoas de fé, constitui um completo guia de espiritualidade. Para milhões de outras pessoas, representa um escrito sem a menor confiança. Para grande parte das pessoas, mesmo de fé, ler a Bíblia é tarefa muito difícil e complexa. Há, no entanto, os que consideram fácil tal tarefa: basta interpretar fundamentalisticamente suas palavras e mensagens ao pé da letra.

Impõe-se ter em mente que a Bíblia é a Palavra de Deus encarnada em linguagem dos homens. Se Deus falasse em linguagem divina, a radical diferença de naturezas impediria ao homem qualquer acesso à mesma. Então o Verbo se fez carne, de dupla forma: a palavra/mensagem de Deus serviu-se da linguagem dos homens e a Palavra/Pessoa de Deus assumiu a carne humana. Ambas as encarnações manifestam o amor, a descida de Deus ao encontro da humana criatura. Mas, como o Verbo Encarnado tornou-se objeto de rejeição, também a comunicação verbal de Deus através de homens não raro torna-se suspeita, quando não rejeitada e ridicularizada.

Antes de tudo, reconhecamos que ler o divino dentro do humano não é fácil: exige abertura, disponibilidade, esforço e preparo, mas sobretudo confiança da parte do leitor. Deus chamou homens dos mais diversos tempos, lugares, capacidades e níveis intelectuais, para tornarem humana e compreensível sua Palavra, seu Amor, sua Oferta de aliança para a felicidade. Esses homens, de variados contextos histórico-sociais, deram corpo aos livros da Bíblia durante aproximadamente um milênio, desde cerca de dez séculos antes de Jesus Cristo, até um século após sua vinda. Como resgatar a mensagem permanente dessa Palavra Divina, encarnada em tempos e contextos tão diversos dos nossos?

Aqui reside a excelência de livros como o que Ney Brasil Pereira acaba de publicar: **LIVRO DA SABEDORIA - Aos governantes, sobre a justiça** (Petrópolis: Vozes/São Leopoldo: Sinodal, 1999).

Esse é, pelo tempo de composição, o último livro do Antigo Testamento. Embora seu título seja *Livro da Sabedoria*, a tradição muitas vezes a ele se referia como *Sabedoria de Salomão*. Entretanto Ney Brasil, com base em outros autores, afirma que o título mais lógico seria *Livro da*

*Justiça*, porque já as palavras iniciais introduzem esse tema que perpassará todos os capítulos: *Amai a Justiça, vós que governais a terra* (1,1). Mesmo conservando seu título original, entenda-se que se trata de *Sabedoria* intimamente relacionada com a *Justiça*, constituindo-se o livro numa sólida instrução política destinada aos que detêm o poder, mesmo porque *o domínio vos foi dado pelo Senhor / e a soberania, da parte do Altíssimo* (6, 3)

Por que tal insistência em relacionar Sabedoria e Justiça? Como bem explicita o comentarista/autor, será preciso considerar o contexto originário do nascimento do livro. Pseudo-epigraficamente atribuído a Salomão, descarta-se de todo a possível autoria desse sábio rei de Israel do século X aC, quando toda a contextualização da obra delineia os quadros dos anos imediatamente anteriores à era cristã. O autor que está implícito na obra é um sábio hebreu, que viveu na Alexandria cosmopolita, portador de apreciável bagagem cultural bebida na língua helenista. Alexandria, excelente centro cultural e bibliotecário do Egito, era cidade helenizada, que contava com enorme percentual de judeus, da diáspora. A composição do livro deverá ter ocorrido após ter-se lá instaurado a dominação romana, no ano 31 aC. Analisando pormenorizadamente toda a problemática - "Quem seria o autor desta *Sabedoria de Salomão*? Em que língua se exprimiu? E onde situá-lo? Em que ambiente, contexto, data?" (p. 15), Ney Brasil vai entrelaçando os fios para compreensão da obra.

Assim, por exemplo, por quê "Sabedoria ligada à Justiça", decorre claramente de uma das últimas observações, ressaltando como em Alexandria o autor anônimo do *Livro da Sabedoria* vivia "preocupações e conflitos da sua comunidade de sangue e de fé", por tratar-se de uma "sociedade marcada pela injustiça" (p. 229), decorrente das sucessivas dominações. Como a dominação romana exercia crescente pressão política, econômica, cultural e religiosa sobre a comunidade do autor, um judeu convicto de elevado lastro cultural, denuncia ele o procedimento dos detentores do poder, advertindo para a prática da sábia justiça: *Honrai a Sabedoria e reinareis para sempre* (6,21).

A partir de tal contexto, entende-se bem como o livro foi escrito para destinatários específicos: *Amai a Justiça, vós que governais a terra* (1, 1); *Escutai, portanto, ó reis, e compreendei;/ aprendei, ó juizes dos confins da terra./ Prestai ouvidos, vós, dominadores da multidão* (6.1-2)/ *A vós, portanto, ó soberanos, as minhas palavras* (6, 9)/ *Se, pois, ó soberanos dos povos, vos comprazeis em tronos e cetros,/ honrai a Sabedoria, e reinareis para sempre* (6,21). Tais destinatários fazem entender que se trata essencialmente de "Sabedoria política", ou seja, como perspicazmente Ney



Brasil subintitulou seu livro: *Livro da Sabedoria - Aos governantes, sobre a justiça*.

Nas palavras finais do Epílogo tal questão volta em observações como: se a “Justiça é uma virtude e realidade eminentemente política” e “a vida, para florescer plenamente na humanidade, necessita da Justiça”, é indispensável que, para ser praticada, intervenha a Sabedoria, pois só ela “dará este entendimento aos reis e príncipes.” E mais: como “a Sabedoria é divina, é dom de Deus, só resta ao ser humano suplicá-la”. Assim, este livro da Sabedoria poderia ser da Justiça, ou ainda da Sabedoria que conduz à Justiça (p. 229-230). Aliás, o comentarista faz questão de ressaltar, desde o início, que, embora exista clara relação entre Justiça e Sabedoria, as duas se apresentam em planos diversos, sendo a Sabedoria “apresentada como celeste, divina, vinda do alto”, enquanto a Justiça representa “o seu efeito humano, especialmente a Justiça no governo sendo o seu fruto excelente” (p. 54). Refere-se, portanto, o autor bíblico primariamente à justiça no governo, no exercício da autoridade, incluindo, sem dúvida, a problemática da justiça social, dos direitos humanos.

Numa leitura do nosso tempo, Ney Brasil destaca como a Sabedoria, mesmo sendo uma qualidade abstrata, aparece personificada como mulher, a “Dama” ou “Dona” Sabedoria, pelo que o livro pode ser lido numa abordagem feminista. Se o livro praticamente não contempla as mulheres na sua exposição, poderia o enfoque feminista ser visto como influência do culto de Ísis, tão arraigado no Egito, indaga o autor. Essa Sabedoria, que “consiste no bom senso que vai crescendo, em meio às ambigüidades, através de exercício contínuo do discernimento” (p. 97), “se apresenta como Mulher: sábia, onisciente, justa, salvadora, com traços da deusa egípcia, mas sendo a transparência do Deus de Israel” (p.41). De fato, contrapondo insistentemente a Sabedoria e a Justiça a toda sorte de ímpios, o livro denuncia a prepotência política dos governantes e apresenta o protótipo da sociedade justa na personificação da Sabedoria. Exatamente contraposta a tal prepotência injusta dos detentores do poder, o livro todo desenvolve os conceitos de Sabedoria, Justiça, Misericórdia e Providência, como atributos de Deus.

Demonstrando cabalmente que as funções de leitura e escritura são complementares, que bom autor literário é quem, previamente, se exercitou na arte da boa leitura, Ney Brasil Pereira, em *Livro da Sabedoria - Aos governantes, sobre a justiça*, se apresenta, antes de mais nada, como um leitor inteligente, culto e perspicaz, ao traduzir e comentar detalhadamente o texto completo do *Livro da Sabedoria*, integrante dos chamados “livros sapienciais”, um dos grandes conjuntos do Antigo Testamento. Devidamente



instrumentalizado com o conhecimento dos três idiomas bíblicos - hebraico, grego e latim, além de dominar vasta cultura clássica e bíblica, Ney Brasil reveste seu livro com uma tradução própria e aperfeiçoada desse texto bíblico, acompanhada de amplo, lúcido e prudente comentário.

Embora não esteja diante de um texto exclusivamente literário (observe-se, no entanto, o esmerado estilo da linguagem e a hábil construção arquitetônica do texto, por exemplo como o discurso de Salomão sobre a Sabedoria, nos capítulos 7 e 8, denuncia estrutura circular em sua composição: abc - d - c'b'a"; e o comentarista ressalta que, ao delinear os atributos da Sabedoria, Salomão a enriquece “com 21 atributos, numa raríssima série cumulativa de 3 x 7 adjetivos, em que o autor desdobra toda a sua maestria no aproveitamento da língua grega, tão rica em adjetivos, ao contrário da hebraica”, p.111), Ney Brasil aborda o *Livro da Sabedoria* com procedimento similar ao de Roland Barthes diante do texto balzaquiano em *S/Z*. Primeiramente, procede ao estelamento do texto, segmentando o significante textual numa série de lexias, que constituirão as unidades básicas em sua leitura. Perceber-se-á, através dessa lúcida radiografia do desenvolvimento temático, como a divisão do texto bíblico em capítulos e versículos, respectivamente no século XIII pelo cardeal Estêvão Langton e no século XVI pelo tipógrafo Roberto Estêvão, nem sempre favorece a melhor leitura do texto.

Estelado o significante do texto, Ney Brasil aprofunda uma análise do significado, demonstrando como ler consiste num trabalho metódico, racional, mas também criativo sobre a linguagem, em busca do melhor sentido. Para tanto, é preciso navegar com prudência e aguda sensibilidade pela pluralidade do escriptível - e o texto bíblico será sempre mais escriptível do que simplesmente legível. Demonstra-se aqui como a arte de ler se torna tanto mais produtiva quanto mais ricos forem os dois universos que se confrontam interativamente nesse ato: o que se encontra diante dos olhos - o texto de outrem que desafia nossa interpretação, e o que se encontra por trás dos olhos - a cultura, a metodologia, a perspicácia perceptiva, enfim a enciclopédia mental do leitor, capaz de corresponder às exigências do texto de leitura.

Na leitura proposta por Ney Brasil sobressai um exercício culto e hábil de intertextualidade, de forma muito rica e produtiva. Ao texto em análise, em todas as suas orientações temáticas, vêm-se contrapontando, em forma de paralelos, reforços ou contrastes, inúmeras outras passagens bíblicas, particularmente do contexto sapiencial, mas também de outros livros, e mesmo já com diversos aspectos do Novo Testamento, quando não ainda com outras expressões da cultura antiga. Sob esse aspecto, entremostra-se a vasta enciclopédia mental de Ney Brasil - para falar em termos de Umberto Eco -, formada não só em termos de Teologia Bíblica aprendida no Brasil, em



Roma e em Israel, mas também na vasta experiência de leitura e de ensino por duas décadas no magistério superior, como, sobretudo, no minucioso e paciente trabalho de tradutor de diversos livros da Bíblia.

Na atualização da mensagem bíblica, Ney Brasil com frequência fala em termos ousados para a tradicionalista posição do magistério da Igreja. Assim, ao falar da abordagem feminista da Sabedoria, ressalta como o feminismo já tem ajudado a “romper o machismo predominante em nossa teologia, na Igreja, na sociedade”(p. 37). Entre as grandes prevaricações da história em nome do poder, ressalta o comentarista que “é impossível não recordar tantos genocídios, ao longo da história(...) Também os espanhóis, para destruírem a civilização asteca com os seus sacrifícios humanos; também os ‘bandeirantes’, massacrando e escravizando os pacíficos índios do Brasil; também os americanos do Leste, aniquilando os ‘peles-vermelhas’ do Faoreste; também os nossos colonos alemães e italianos de Santa Catarina, limpando de ‘bugres’ as suas colônias”(p.157). Na longa “anamnese hínica” que o *Livro da Sabedoria* reconstitui na sua segunda metade, num longo midraxe com digressões reflexivas, focalizando o Êxodo do Egito e a longa caminhada pelo “deserto inabitável”, o comentário focaliza as maravilhas deste mundo quando “os elementos harmonizavam-se entre si”, para indagar das situações antitéticas: “Diante dessa ‘sinfonia’ do Êxodo, porém, o que dizer do mundo hoje, em certo sentido, com suas desigualdades e seus desequilíbrios, tão ‘cacofônico’? Que dizer do progresso técnico que não ‘sintoniza’ com a natureza, porque não ‘sintoniza’ com o projeto de Deus, que quer liberdade e vida para todos?” (p.227). E considerando como os ímpios e insensatos, tantas vezes denunciados no seu arrogante poder, ontem como hoje, transgridem a justiça e os direitos humanos, faz questão de ressaltar que “o verdadeiro poder é o de dar a vida, não o de tirá-la. Esse é o poder de Deus”(p. 296).

Enfim, *Livro da Sabedoria - Aos governantes, sobre a justiça*, de Ney Brasil Pereira, apresenta uma estrutura muito adequada para melhor conhecimento e interpretação do texto bíblico, comprovando ter sido composto por autor de apreciável cultura bíblico-clássica e dotado de aguda sensibilidade perceptiva. Elaborado em linguagem escorreita e estilo de agradável fluência, sua leitura não somente se torna instrutiva e formativa, como também de agradável facilidade.

**Endereço do Autor:**

Rua Capitão Romualdo de arrs 970  
Carvoeira  
88040-600 Florianópolis SC

**ENCONTROS**  
Teológicos

**500 Anos**

**A conquista Interminável**

Waldir José Rampinelli & Nildo Domingos Ouriques [orgs.]

Vozes, 1999

**Recensão**

Rogério Luiz de Souza

Professor do Departamento de História da UFSC.



**N**o emaranhado jogo da recomposição histórica latino-americana, estamos acostumados a ouvir a versão da conquista deste continente a partir de uma concepção eurocêntrica e, portanto, dentro de uma proposta ardilosa e violenta de dominação e de submissão econômico-cultural. Por isso, a necessidade, desde o primeiro dia de sua conquista, de se destruir aquelas identidades que orientaram e orientam sua caminhada através da História. Cantando Camões, os conquistadores de ontem e de hoje atravessaram mares nunca dantes navegados; protegidos pela força divina dilataram seu Império; com o engenho e arte espalharam seus barões; e sequiosos pelo poder edificaram Novo Reino, à custa daquela “gente remota” que dominaram.

Mas, talvez, seja o momento mais adequado de se dar uma resposta contundente aos que insistem em olhar os 500 anos numa perspectiva comemorativa. A história da conquista tem demonstrado amiúde que as contradições inerentes ao sistema colonial e neocolonial são insuperáveis, deixando na marginalidade os países latino-americanos e impedindo sua luta emancipatória ao longo deste período. Deste modo, torna-se imperiosa uma revisão crítica da “história do descobrimento”, a fim de revelar os sujeitos que resistiram à dominação e que persistem na busca de sua identidade *sui generis*, numa tentativa lúcida de provocar a reescrita desta mesma história a partir dos ecos de suas vozes.

É aqui que se encontra a coletânea de ensaios intitulada “Os 500 Anos: a conquista interminável”, publicada pela editora Vozes e organizada pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldir Rampinelli e Nildo Ouriques. Eliminando qualquer possibilidade de se enxergar nos “500 anos” uma data celebrativa como quer a elite ufanista, que se mostrou incapaz de romper os grilhões da exploração do continente latino-americano, esta obra é uma investigação crítica destes cinco séculos de conquista. Neste sentido, o estudo acaba se enveredando por dois caminhos distintos de análise. O primeiro consiste na denúncia das perseguições e das exclusões históricas, mostrando abertamente o extermínio étnico, a remodelação identitária dos costumes e dos hábitos culturais e a lógica perversa que está por detrás da comemoração do “quinto centenário do descobrimento”. Desafiando o leitor, o segundo caminho tem por finalidade

otimizar a esperança e propor uma segunda e verdadeira emancipação da América Latina, fazendo revelar as resistências culturais e as aspirações do sujeito coletivo que se opõem à cosmovisão eurocêntrica da elite “crioula”.

Portanto, a obra prende-se menos a um estudo acadêmico, embora construa, sem explicitá-la, sua análise a partir de categorias e de teorias epistemológicas, do que à demonstração analítica e cuidadosa das contradições históricas, políticas, sociais e econômicas. Busca-se a desconstrução e o desmonte, dentro de um espírito de indignação, das verdadeiras relações de dominação e de exploração. Uma crítica à violência do Capital, do Estado e do interesse de classe que tende a se perpetuar.

Partindo daí, os ensaístas, ligados a órgãos de defesa dos direitos latino-americanos e especialistas em Ciência Política, Economia Internacional, Sociologia e História, propõem uma revisão dos marcos históricos que instituíram uma realidade antagônica àquela vivida pelos verdadeiros agentes sociais e produtivos. Reconstruindo os acontecimentos passados e percebendo a situação atual, eles desnudam as intenções do movimento celebrativo dos 500 anos, desmitificam a falácia da conquista “branda”, “menos violenta” e “tranqüila” e recolocam na discussão do dia a questão da identidade e do espaço e memória nacionais. Por outro lado, talvez, falte à obra o resgate dos discursos construídos pelos próprios agentes desta história, a fim de que, além da análise, a voz do excluído, do anônimo e do esquecido revele os anseios e os desejos concretos de sua cosmovisão. O que implicaria, possivelmente, a necessidade de se contemplar a estrutura cotidiana, relacional e discursiva desta realidade.

No primeiro capítulo (“500 anos de conquista e dominação”), elaborado pelo cientista político e membro do secretariado nacional do CIMI, Egon Heck, percebe-se a preocupação do autor com o extermínio indígena operado pelos herdeiros do projeto colonizador. A partir de um estudo comparativo, estabelece um paralelo entre o passado e o presente dos povos indígenas, revelando o processo de conquista destes povos que perdura até os dias atuais através da expansão das fronteiras agrícolas, da mineração e da exploração florestal. Numa segunda parte do trabalho, baseando-se no quadro estatístico das demarcações territoriais, faz um balanço da atual política fundiária indigenista no governo FHC. Sem muita ginástica analítico-econômica, constata a ineficiência do governo em concluir os processos de demarcação e em resolver os conflitos entre posseiros e indígenas. Este trabalho, aliás, opõe-se frontalmente à atitude simulada do governo federal em criar uma atmosfera harmônica e de solução fácil para a questão da delimitação territorial indígena.



O autor do segundo capítulo (“A falácia do V centenário”), o historiador Waldir Rampinelli, busca, no contexto histórico e na crítica teórica de Noam Chomsky, Heinz Dieterich e James Petras, desconstruir os mitos fabricados pela elite “crioula” nestes 500 anos de conquista. Além disso, mostra a “ação racional e organizada da violência dos países imperialistas” e desmascara a “história dos heróis” do genocídio latino-americano. Portanto, dentro desta perspectiva, não vê motivo para se festejar, “mas sim de repensar o Brasil para superar toda a herança colonial que nos foi imposta”.

O ensaio de D. Pedro Casaldáliga (“Rever o Deus anunciado”), Bispo de São Félix do Araguaia, propõe a revisão do discurso e da prática eclesial na América Latina. Longe de aceitar a idéia da aculturação integracionista, que invade e destrói a essência cultural dos povos, pede aos intelectuais e aos teólogos uma reavaliação do seu conteúdo discursivo e um posicionamento crítico diante dos acontecimentos atuais na América.

O quarto capítulo (“Na escravidão e na exploração da mão-de-obra africana e afro-brasileira: 500 anos de luta e resistência de um povo”), elaborado pelo cientista social Marcos Rodriguez da Silva, recupera a genealogia da expropriação do produto trabalhado e da luta inaudita dos negros pela valorização de sua identidade étnico-cultural. Portanto, o ensaio aparece menos em uma linguagem folclórica do contributo afro à cultura brasileira do que num estudo crítico do projeto de dominação e de segregação dos povos africanos em território brasileiro.

A partir de uma percepção histórica arguta e consistente, o quinto capítulo (“Sociedade global - Identidade colonial”) escrito pelo cientista social e presidente do Foro para emancipação e identidade da América Latina, Heinz Dieterich, faz uma revisão do processo de destruição das identidades culturais latino-americanas ao longo destes últimos cinco séculos. Submetendo à reflexão o conceito de identidade, o autor depreende de suas argumentações que o sujeito social, “que não tem consciência de sua história, está condenado a repetir as amargas experiências do passado”. Por outro lado, dentro de uma visão menos agnóstica e, portanto, mais otimista, acredita na permanência do substrato profundo da identidade latino-americana, capaz de estabelecer os parâmetros de ação e de conduta que viabilizariam o processo emancipatório e que impediriam o avanço da globalização.

Já o economista Nildo Ouriques, no sexto capítulo (“O significado da conquista: cinco séculos de domínio e exploração na América Latina”), considera os 500 anos como uma história de longa duração contada pelos vencedores, o que, no entanto, não impossibilitaria “as classes subalternas”



de avançarem no processo de emancipação político-econômica. A redefinição dos rumos e dos discursos históricos deveria ser a primeira atitude destas classes na disputa pela História, já que a história contada pelos poderosos anulou e sepultou a vitalidade do povo. Ademais, o autor, a partir da análise dos signos lingüísticos, desmitifica o conteúdo inventado das palavras “índio”, “negro”, “América”, “descobrimento”, “civilização”. Na segunda parte de seu estudo, fundamentado no aparato teórico marxista, recupera a dimensão econômica, política e ideológica de sustentabilidade do domínio externo (estadunidense e europeu) e historiciza os atos de violência e as formas que possibilitaram a transferência do excedente produtivo nestes 500 anos e que, atualmente, determinam o fim dos espaços nacionais.

Por fim, o sétimo e último capítulo (“A resistência Zapatista”), elaborado pelo cientista político Luís Javier Garrido, quer chamar a atenção do leitor para a possibilidade real de se resistir ao que aparentemente se apresenta como irreversível. Mostrando a trajetória de resistência dos indígenas de Chiapas e do Exército Zapatista de Libertação Nacional, conclui que a resistência dos povos latino-americanos vai sendo gestada desde os primeiros anos da conquista. Hoje, segundo o autor, a resistência organiza-se dentro de uma democracia sintetizada, que propõe uma mudança do exercício do poder e que leva em consideração o diálogo com a sociedade civil e o Estado.

Assim, os autores se debruçam sobre uma síntese ampla daquilo que, de modo geral, já foi dito e refletido diversas vezes, mas que tem agora a intenção de recuperar e de dar visibilidade ao que se está querendo apagar, para manter vivo o movimento de reivindicação. Além de denunciarem o evento comemorativo do quinto centenário, os ensaístas querem encorajar o leitor a reavaliar sua postura e o homem latino-americano a assumir sua História, manter sua estrutura cultural, organizar suas estratégias e construir seu próprio projeto de autonomia nacional.

**Endereço do Autor:**  
Rua Arthur Mariano, 1108  
88106-500 São José SC